



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária no
3º Juizado Especial Federal
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Subseção de São Gonçalo**

13 a 17/11/2017



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



Sumário

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA.....	5
2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL	8
3.1. Servidores em teletrabalho.....	8
4. GESTÃO DA SECRETARIA	9
5. GESTÃO DE METAS.....	10
5.1. Metas internas	10
5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ.....	10
5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)	10
5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade).....	11
5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação).....	13
5.2.4. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução).....	13
6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO	15
6.1. Produção e classificação de sentenças	15
6.2. Acervo concluso	16
6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)	16
6.4. Audiências	18
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO	20
7.1. Acervo da unidade	20
7.1.1. Acervo por matéria	21
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência	22
7.2.1. Acervo total.....	22
7.2.2. Acervo ativo.....	23
7.2.3. Acervo suspenso.....	23
8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO	25
8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....	25
8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada.....	25
8.3. Fluxo dos processos após a sentença.....	25
9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO.....	26
9.1. Balcão de entrada	26



9.2.	Processos em segredo de justiça	26
9.3.	Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR) 27	
9.4.	Publicação de atos judiciais.....	28
9.5.	Registro de início do cumprimento do julgado	28
9.6.	Documentos pendentes de juntada.....	29
9.7.	Expedientes para cumprimento de ordem judicial	30
9.8.	Remessa externa	31
10.	ações e situações sujeitas à verificação obrigatória.....	32
11.	PROCESSOS SUSPENSOS.....	33
12.	RPVs e PRECATÓRIOS	35
13.	BENS PENHORADOS	36
14.	BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS	37
15.	LIVROS E PASTAS	38
16.	INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA	39
17.	ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR	40
18.	BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS	42
19.	COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES	43
20.	ENCERRAMENTO	44



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária no 3º Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de São Gonçalo – RJ (03JEF-SG), de 13 a 17/11/2017, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154 e 307 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726 e 14447) e MPF/ES (7760 e 14449), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323 e 14444) e DPU/ES (7755 e 14441), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747 e 14452) e OAB/ES (7748 e 14451), a Advocacia Geral da União – AGU (7744 e 14448) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752 e 14445).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pela Meritíssima Juíza Federal Tereza Ângela Bezerra de Menezes e Sousa, titular da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 9 processos físicos, sendo 9 em trâmite e 0 suspensos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.

3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL

Denominação: 03º Juizado Especial Federal de São Gonçalo (03JEF-SG)

Data de instalação: 26/03/2012

Endereço: Rua Coronel Serrado, nº 1.000, 13º andar, bairro: Zé Garoto, São Gonçalo-RJ.

Juíza Titular: Dr^a Tereza Ângela Bezerra de Menezes e Sousa, desde 11/12/2013.

Juiz Federal Substituto: Dr. Ricardo Levy Martins, desde 10/06/2015.

Diretor de Secretaria: Dr. Carlos Henrique de Paula Santos Vieira

Especialização: Juizado Especial Cível, Previdenciário e Criminal.

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
Abril/16	1	11	1	1	14	14
Nov./17	1	10	1	1	13	14

O Diretor informou que, desde dezembro/2013, falta 1 servidor. Um outro servidor do Gabinete foi aprovado, no meio deste ano, em um concurso público e também saiu.

3.1. Servidores em teletrabalho

Há 03 servidoras em teletrabalho, respeitando o limite máximo de 30% dos servidores em efetiva atividade na unidade de lotação (art. 5º da Resolução nº TRF2-RSP-2014/00013). Os gestores encaminham à Secretaria Geral da Seção Judiciária relatório trimestral de acompanhamento de desempenho dos servidores estabelecido no Anexo II da aludida resolução, o últimos remetidos nas datas a seguir:

Servidora	Período de Teletrabalho	Data de envio do relatório
Rosana Silveira Lopes	Abril a Junho de 2017	14/11/2017
Lara Maia Marinho	Dezembro/2015 a Agosto/2017	14/11/2017
Luciana Ornellas Guimarães Figueiredo	Dezembro/2015 a Agosto/2017	14/11/2017



4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pelo Diretor CARLOS HENRIQUE DE PAULA SANTOS VIEIRA, nomeado pela Egrégia Presidência do TRF2; pelas Supervisoras SURAMY DOS SANTOS PEDROSA RIBEIRO GUEDES e MARIA PAULA LEMOS NASCIMENTO (Licença para Tratamento de Saúde – Comunicação nº 2.439/2017), e pela Oficiala de Gabinete LUCIA ELISA DA CUNHA LUCAS, todos com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 100%² da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 19 a 23/06/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.

² A Supervisora Maria Paula Lemos Nascimento não preencheu a pesquisa, pois estava de Licença para tratamento da própria saúde, à época da correição ordinária.



5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas

As metas objetivadas pela Secretaria são: verificar o balcão de entrada diariamente; juntada de petições no máximo em 3 dias; análise de petição inicial em até 5 dias; verificação de vencimento de prazos diariamente; expedientes urgentes são feitos de forma imediata e a expedição de RPV e Precatório em até 30 dias.

5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se aos Juizados Especiais Federais as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade), 3 (Conciliação) e 5 (Processos de Execução), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016. O Diretor afirmou que a unidade não atingiu todas as metas 2016/CNJ em razão do volume de processos.

Sugere-se melhor divulgação das metas do CNJ entre os servidores e uso das ferramentas disponibilizadas no Portal de Estatísticas para acompanhar o atingimento pelos gestores da Secretaria.

5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)

“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”³

O órgão recebeu, por distribuição, 2.370 processos em 2016 e julgou 1.335, cumprindo 56% da meta nº 1 CNJ/2016.

³ A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitem em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.

Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9).



Mês	Matéria	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara		
dez/16	Total	SJRJ	03º Juizado Especial Federal de São Gonçalo	
Meta 1 2016	Julgados	Distribuídos	Outras saídas	% de cumprimento
1º Grau	39.200	40.566	1.123	99%
1º Grau / SJRJ	33.158	33.759	774	101%
1º Grau / SJES	6.042	6.807	349	94%
Juizado Especial Federal	111.293	131.255	247	85%
JEF / SJRJ	94.665	109.826	193	86%
JEF / SJES	16.628	21.429	54	78%
Turma Recursal	42.594	39.908	68	107%
TR / SJRJ	33.921	32.669	12	104%
TR / SJES	8.673	7.239	56	121%
Tribunal Regional Federal	41.782	44.815	487	94%
SJRJ	161.744	176.254	979	92%
SJES	31.343	35.475	459	90%
TRU	29	57	0	50%
Total - 2ª Região	234.898	256.601	1.925	92%
03º Juizado Especial Federal de São Gonçalo-RJ	1.335	2.370	1	56%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/11/2017.

5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)

“Identificar e julgar processos mais antigos⁴: 100% dos distribuídos até 31/12/2012 e 90% dos distribuídos até 31/12/2013”.

Quadro relativo à parte (i) da meta 2

(julgados 100% dos 1.313 processos-alvo distribuídos até 31/12/2012).

⁴ A Garantia fundamental instituída pela Emenda Constitucional n. 45/2004, a razoável duração dos processos é o objetivo da Meta 2, direcionada à redução do estoque de processos pendentes de julgamento, sobretudo os distribuídos há longo tempo.

Para o monitoramento da meta, cada segmento de Justiça define um ou mais períodos de distribuição dos casos ainda não julgados e, com foco em tais processos, adota medidas tendentes a solucioná-los. A exemplo da Meta 1, por julgamento entende-se a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo em cada instância dos tribunais. Vale ressaltar que são considerados também recursos e incidentes processuais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p.19.)



Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	100% - Juizados e Turmas Recursais	SJRJ	03º Juizado Especial Federal de São Gonçalo-SJRJ			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	0	0	0	0	0	-
Seções Judiciárias	111.513	108.946	2.248	111.194	319	100%
SJRJ	85.991	83.920	1.807	85.727	264	100%
SJES	25.522	25.026	441	25.467	55	100%
Total - 2ª Região	111.513	108.946	2.248	111.194	319	100%
03º Juizado Especial Federal de São Gonçalo-SJRJ	1.313	1.311	0	1.311	2	100%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/11/2017.

Quadro relativo à parte (ii) da meta 2

(julgados 99% dos 1.972 processos-alvo distribuídos até 31/12/2013).

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	90% - Juizados	SJRJ	03º Juizado Especial Federal de São Gonçalo-SJRJ			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	0	0	0	0	0	-
Seções Judiciárias	138.542	134.071	3.775	137.846	696	99%
SJRJ	110.703	107.220	2.950	110.170	533	100%
SJES	27.839	26.851	825	27.676	163	99%
Total - 2ª Região	138.542	134.071	3.775	137.846	696	99%
03º Juizado Especial Federal de São Gonçalo-SJRJ	1.972	1.948	8	1.956	16	99%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/11/2017.

Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 2 CNJ/2016:

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0001886-94.2012.4.02.5117	Juizado/Cível	Imposto de Renda Pessoa Física	não	Conclusão para Sentença	24/11/16
0003936-06.2013.4.02.5167	Juizado/Previdenciária	Benefício Previdenciário	sim	Juntada de petição dos autores	16/11/17
0108088-08.2013.4.02.5167	Juizado/Previdenciária	Benefício Previdenciário	não	Juntada de petição dos autores	17/04/17
0003644-21.2013.4.02.5167	Juizado/Previdenciária	Benefício Previdenciário	não	Conclusão para despacho	05/09/17
0000328-97.2013.4.02.5167	Juizado/Cível	Pensão Civil ou Militar	não	Conclusão para sentença	07/12/16

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.



Sugestão da equipe de correição: priorizar o julgamento dos processos objeto da Meta nº 2 CNJ/2016.

TRF2
Fls 117

5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação)

“Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior” ⁵

O PORTAL não dispõe de relatório específico para acompanhamento da meta nº3 CNJ/2016 por unidade, mas do APOLO se extraem os seguintes dados que indicam o alcance da meta pelo órgão:

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2015: 120

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2016: 196

5.2.4. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)

“Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.” ⁶

Cumpridos 97% da meta nº 5 CNJ/2016.

Mês	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara						
Dec-16	SJRJ	03º Juizado Especial Federal de São Gonçalo					
Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	35.190	26.959	21.259	12.923	11.793	42.020	76%
1º Grau / SJRJ	27.197	23.127	15.436	10.957	10.419	35.426	65%
1º Grau / SJES	7.993	3.832	5.823	1.966	1.374	6.594	132%
Juizado Especial Federal	10.803	37.637	37.703	1.774	430	12.081	97%
JEF / SJRJ	8.788	31.249	31.246	1.676	409	10.058	96%
JEF / SJES	2.015	6.388	6.457	98	21	2.023	100%
SJRJ	35.985	54.376	46.682	12.633	10.828	45.484	83%
SJES	10.008	10.220	12.280	2.064	1.395	8.617	113%
Total - 2ª Região	45.993	64.596	58.962	14.697	12.223	54.101	88%
03º Juizado Especial Federal de São Gonçalo	288	512	506	75	65	304	97%

⁵ Assumida como compromisso pelos segmentos da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, a Meta 3 tem como foco a conciliação, que objetiva potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, possibilitando às partes a solução pacífica, autocompositiva e célere dos litígios. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 25).

⁶ A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).



Fonte: PORTAL, acesso em 16/11/2017.

TRF2
Fls 118

Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 5 CNJ/2016:

Processo	Julgado pendente de cumprimento	Data de trânsito em julgado	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0500295-35.2015.4.02.5117	Aditamento do contrato de FIES.	É uma execução provisória.	não	Juntada de petição da exequente	14/12/16
0033279-42.2016.4.02.5167	Concessão de auxílio-acidente.	12/12/16	sim	Baixa de Baixa - Arquivado	26/07/17
0500176-84.2016.4.02.5167	Saque do valor depositado na conta vinculada ao FGTS.	08/09/16	não	Conclusão para despacho	16/08/17
0500174-17.2016.4.02.5167	Saque do valor depositado na conta vinculada ao FGTS.	05/08/16	sim	Suspensão por OUTROS – Fase/Processo Execução	24/08/17
0025112-36.2016.4.02.5167	Prestações pretéritas do auxílio-doença e concessão da aposentadoria por invalidez.	12/12/16	sim	Remessa para Procuradoria Seccional Federal	21/11/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderada a sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.



6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO

6.1. Produção e classificação de sentenças

A unidade correccionada produziu 1.618 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/11/2016 a 31/10/2017), com média de 134,83 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	635
B1	Homologatória de acordo	204
B2	Repetitiva (padronizada)	456
C	Sem resolução do mérito	322
D1	Penal condenatória	0
D2	Penal absolutória	0
D3	Rejeição de queixa	0
D4	Rejeição de denúncia	0
E1	Extintiva de punibilidade	1
E2	Suspensão condicional da pena	0

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz, acesso em 16/11/2017.

A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0076914-10.2015.4.02.5167	0184324-59.2017.4.02.5167	0018602-70.2017.4.02.5167	0160036-81.2016.4.02.5167
0074965-14.2016.4.02.5167	0185538-22.2016.4.02.5167	0076803-26.2015.4.02.5167	0136292-13.2016.4.02.5117
0070901-92.2015.4.02.5167	0500927-71.2016.4.02.5167	000584-35.2016.4.02.5167	0154323-91.2017.4.02.5167
0076114-79.2015.4.02.5167	0500464-32.2016.4.02.5167	059182-16.2015.4.02.5167	0109004-37.2016.4.02.5167
0015514-58.2016.4.02.5167	0500859-24.2016.4.02.5167	0013906-88.2017.4.02.5167	0131352-15.2017.4.02.5167

TIPO E1	TIPO E2
0500252-64.2016.4.02.5117	-
-	-

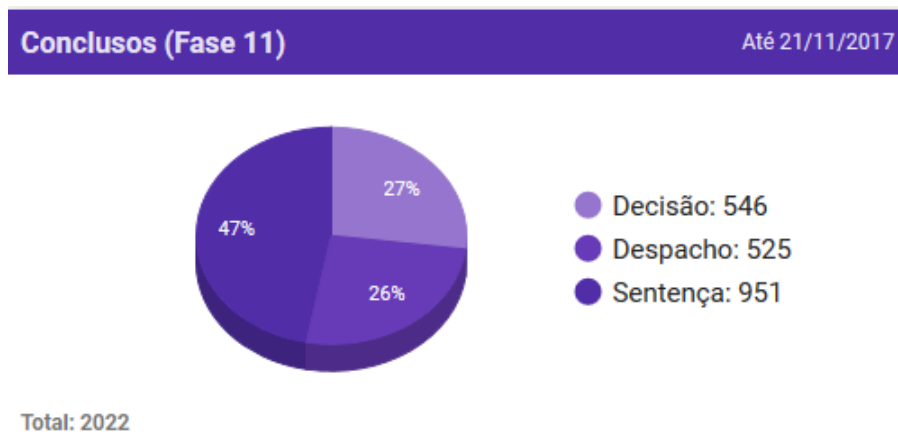


-	-
-	-
-	-

Fonte: PORTAL, acesso em 21/11/2017

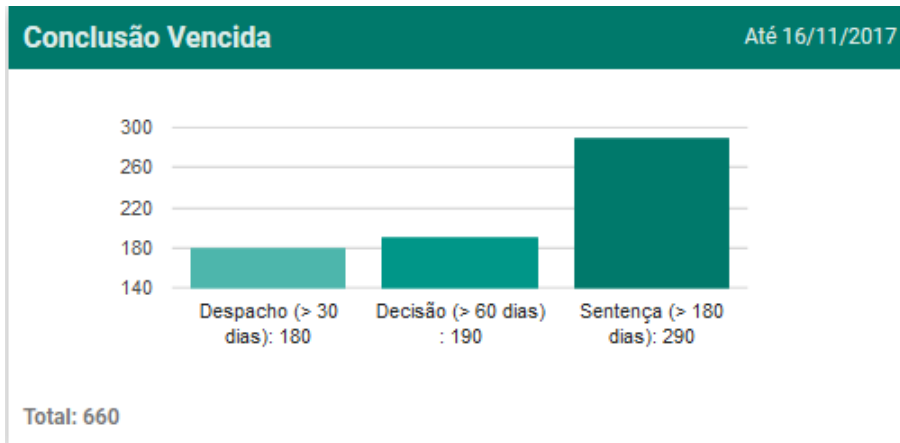
Sugere-se regularizar a divergência entre o tipo anotado na sentença (B2) e o registrado no APOLO (A) no processo nº 0076914-10.2015.4.02.5167.

6.2. Acervo concluso



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 21/11/2017

6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 16/11/2017

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 16/11/2017), indica haver 290 processos aguardando sentença há mais de 180 dias (art. 227, III, CNCR), inspecionados os mais antigos a saber:

Conclusos para sentença

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias conclusos
0141732-68.2015.4.02.5167	Juizado/Previdenciária	Benefício Previdenciário	98	01/03/16	622
0021406-79.2015.4.02.5167	Juizado/Cível	Ensino	76	03/05/16	559
0088474-46.2015.4.02.5167	Juizado/Previdenciária	Benefício Previdenciário	64	16/05/16	546
0032938-69.2016.4.02.5117	Juizado/Previdenciária	Benefício Previdenciário / Responsabilidade Civil	39	24/05/16	538
0058308-94.2016.4.02.5167	Juizado/Cível	Contrato de Direito Civil; Resposabilidade Civil.	43	06/07/16	495
0009952-68.2016.4.02.5167	Juizado/Cível	Responsabilidade Civil; Benefício Previdenciário.	52	13/07/16	488
0011106-24.2016.4.02.5167	Juizado/Cível	Imposto de Renda Pessoa Física	71	14/07/16	487

Inspecionados os feitos a seguir listados no Painel de Indicadores, há mais tempo conclusos para decisão ou despacho além dos prazos do art. 227, I e II, CNCR:

Conclusos para despacho



Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias conclusos
0163068-65.2014.4.02.5167	Juizado/Previdenciária	Benefício Previdenciário	319	01/08/16	469
0080224-72.2015.4.02.5151	Juizado/Cível	Responsabilidade Civil	153	04/10/16	405
0045701-49.2016.4.02.5167	Juizado/Previdenciária	Benefício Previdenciário	78	25/10/16	384
0101018-71.2012.4.02.5167	Juizado/Cível	Imposto de Renda Pessoa Física	217	29/11/16	349
0148370-58.2014.4.02.5101	Juizado/Previdenciária	Benefício Previdenciário	137	01/12/16	347
0120171-51.2016.4.02.5167	Juizado/Cível	Vencimentos ou Proventos de Servidores Públicos	92	12/01/17	305
0162790-93.2016.4.02.5167	Juizado/Cível	Responsabilidade Civil	61	17/01/17	300
0139532-54.2016.4.02.5167	Juizado/Previdenciária	Benefício Previdenciário	66	07/03/17	251
0025344-04.2016.4.02.5117	Juizado/Cível	Responsabilidade Civil; SFH	271	08/03/17	250
0007742-82.2015.4.02.5101	Juizado/Cível	Contribuições Previdenciárias	93	08/03/17	250

Conclusos para decisão

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias conclusos
0002724-37.2012.4.02.5117	Juizado/Cível	Imposto de Renda de Pessoa Física	229	13/05/16	549
0134168-38.2015.4.02.5167	Juizado/Previdenciária	Benefício Previdenciário	93	07/06/16	524
0101958-31.2015.4.02.5167	Juizado/Previdenciária	Benefício Previdenciário	428	04/07/16	497
0100108-10.2013.4.02.5167	Juizado/Previdenciária	Benefício Previdenciário	189	06/07/16	495
0005026-20.2011.4.02.5167	Juizado/Previdenciária	Benefício Previdenciário; Responsabilidade Civil.	176	21/07/16	480
0002268-87.2012.4.02.5117	Juizado/Cível	Vencimentos ou Proventos de Servidores Públicos; Pensão Civil ou Militar	474	18/08/16	452
0146200-46.2013.4.02.5167	Juizado/Cível	Contratos de Direito Civil; Responsabilidade Civil.	97	01/09/16	438
0000920-78.2012.4.02.5167	Juizado/Cível	Vencimentos ou Proventos de Servidores Públicos	fls	16/09/16	423

Sugere-se priorizar a prolação de decisão, despacho e sentença nos processos conclusos além dos prazos previstos no art. 227, CNCR.

6.4. Audiências



Nos últimos 12 meses (01/11/2016 até 31/10/2017) foram designadas aproximadamente 261 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.

TRF2
Fls 123



7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

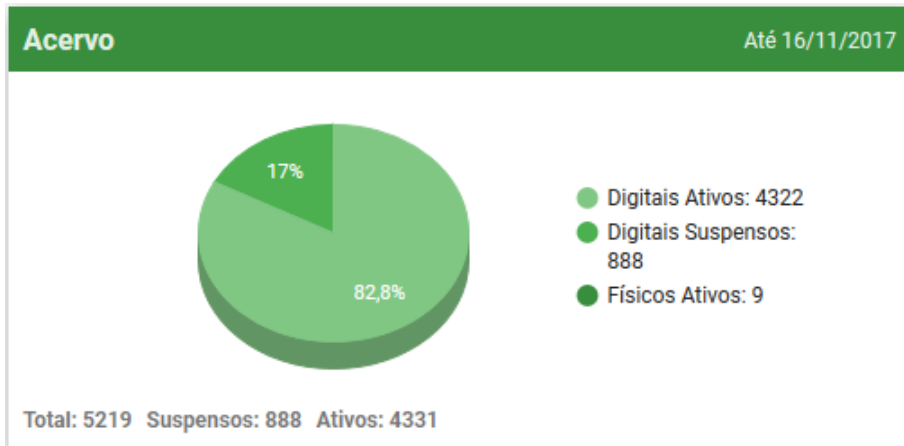
7.1. Acervo da unidade

Mês : janeiro Vara : 03º Juizado Especial Federal de São Gonçalo

Tipo de Processo

			Eletrônico	Físico	Total			
Medidas	Ano	Situacao Processo	Processos					
				2013	Trâmite	2441	89	2530
					Suspensão	132	5	137
					Recurso Turma Recurs	774		774
					Recurso TRF-2	2	156	158
				2014	Trâmite	1542	37	1579
					Suspensão	166		166
					Recurso Turma Recurs	1538		1538
					Recurso TRF-2	1	103	104
				2015	Trâmite	1800	21	1821
					Suspensão	544		544
					Recurso Turma Recurs	1286		1286
					Recurso TRF-2		59	59
				2016	Trâmite	2112	15	2127
					Suspensão	572		572
					Recurso Turma Recurs	1230		1230
					Recurso TRF-2		37	37
				2017	Trâmite	3118	11	3129
					Suspensão	742		742
					Recurso Turma Recurs	1101		1101
	Recurso TRF-2		26	26				
			Total	19101	559	19660		

Fonte: PORTAL, acesso em 10/01/2018



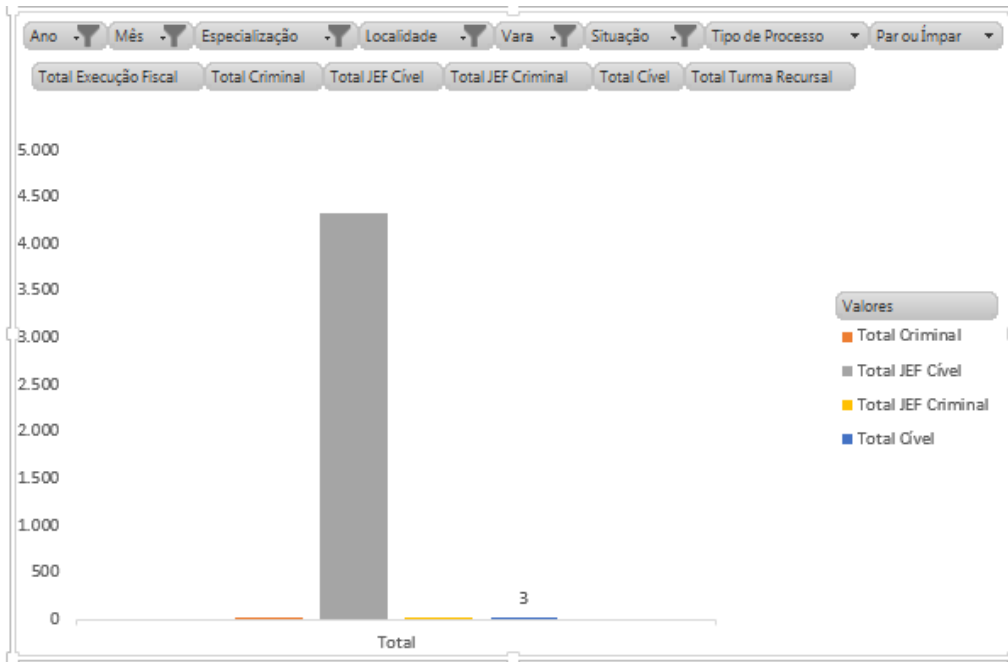
Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 16/11/2017

Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

	Correição Jun/2014*	Correição Abril/2016*	Correição Nov/2017
Total	1.948	2.800	3.871
Suspensos	267	645	742
Remetidos às Instâncias Superiores para julgar recurso	00	00	00
Tramitação ajustada	1.681	2.155	3.129

*Dados obtidos nas Correições anteriores, revisados pelo Portal de Estatísticas em 10/01/2018

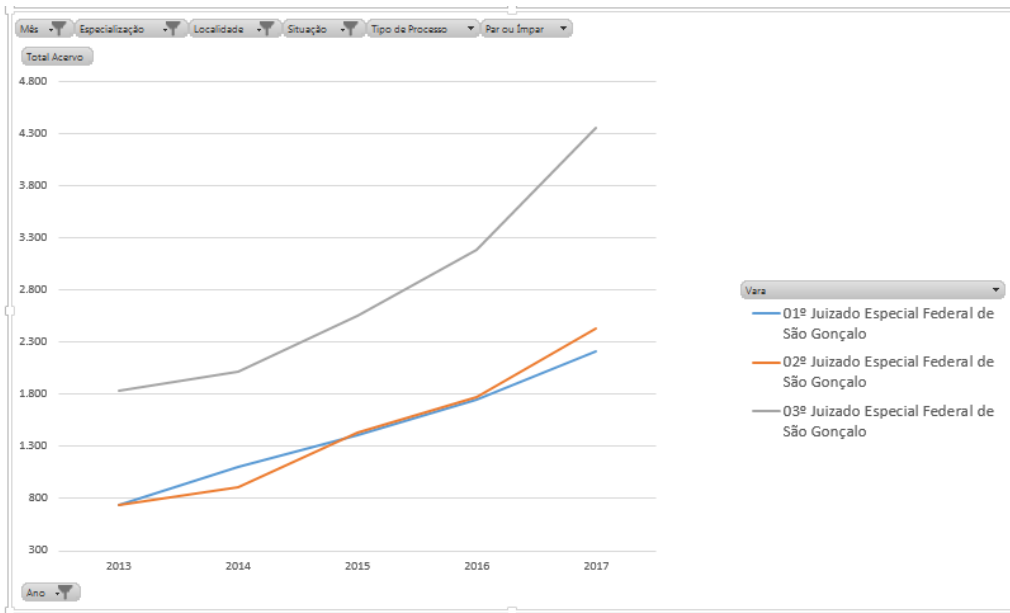
7.1.1. Acervo por matéria



Fonte: APOLO, em 10/01/2018

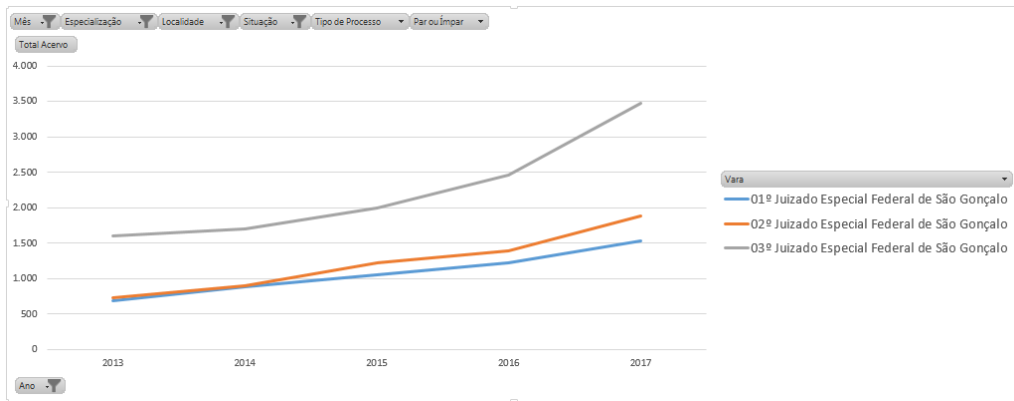
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência

7.2.1. Acervo total



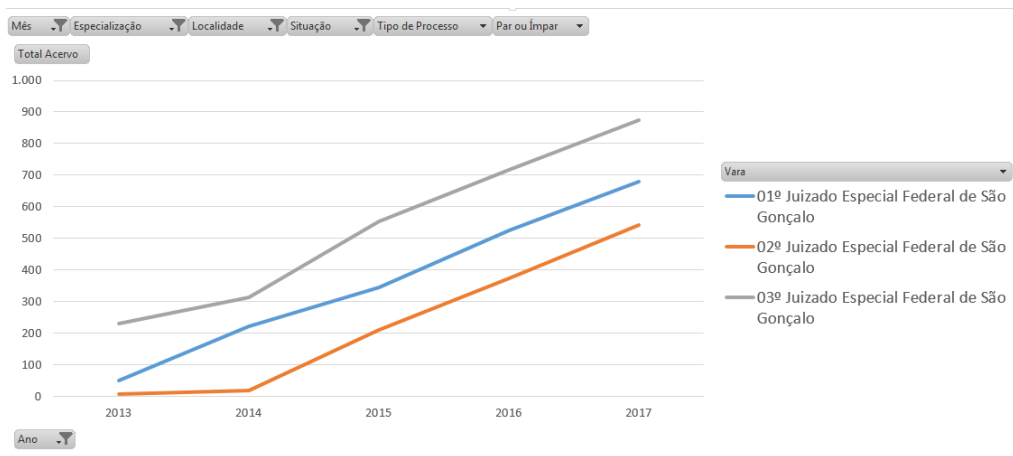
Fonte: APOLO, em 10/01/2018

7.2.2. Acervo ativo



Fonte: APOLO, em 10/01/2018

7.2.3. Acervo suspenso



Fonte: APOLO, em 10/01/2018

No Relatório de Inspeção de 2015, o Juizado informou que, de 2012 até abril de 2014, o número de processos distribuídos era maior do que aos demais Juizados de São Gonçalo, perfazendo, nesse período, a distribuição de aproximadamente 2.300 processos a mais. Em que pese, o equívoco, verifica-se de 2016 até 2017, quando a distribuição já estava regularizada, a diferença do acervo ativo para os demais Juizado aumentou.

Sugere-se estabelecer estratégias internas para conter o aumento dos processos em trâmite.



8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

Os processos com pedidos de tutela de urgência de saúde – internação, exames e medicamento, tramitam com o identificador “bola preta”. Nesses processos, os servidores cumprem os comandos determinados pelos Juízes e retornam com eles para a mesa do Diretor que acompanha os cumprimentos dos prazos, fazendo, inclusive, as respectivas juntadas e abertura de conclusões, se for o caso.

8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada

As supervisoras e uma servidora específica analisam se os processos estão prontos para serem sentenciados (Grupo A – análise de processos de Juizado Cível e Previdenciário com numeração terminada de 0 a 4 e Grupo B – análise de processos de Juizado Cível e Previdenciário com numeração terminada d (final 5 a 9), o que muda é o final do número dos processos). Havia bastante conversão em diligência, mas reduziu, com essa análise feita por essas duas servidoras, além do roteiro elaborados pelos magistrados sobre os critérios para saber se os processos estão prontos para sentença.

8.3. Fluxo dos processos após a sentença

O GRUPO A e B – EXECUÇÃO – CUMPRIMENTO (Todos os finais) – processa e analisa todos os processos em fase de cumprimento de sentença até a baixa. Na fase de cumprimento de sentença são identificados com o identificador EX, associado no momento da inserção do movimento 18. Sendo assim, em diversos escaninhos pode haver processos em fase de execução, sobretudo nos escaninhos EXPEDIR RPV PRECATORIO RPV, DIRETOR RPV PRECATORIO CONFERÊNCIA, DIRETOR RPV PRECATORIO ALVARA CONFERÊNCIA SISTEMA (após vista às partes) e MESA JUIZ CONFERENCIA RPV PRECATORIO ALVARA. Todavia, também há processos nessa situação nos seguintes escaninhos: ANALISES, PRAZOS, AGUARDANDO EXPEDICAO.



9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada

Documento	Data Entrada	Classe/Endereço	Motivo
0178838-83.2017.4.02.5167 - Local:1701) 2017.3020.192861-4	16/11/2017 17:53		Novo Documento Cadastrado - Apresentação da Contestação
0509982-07.2018.4.02.5167 - Local:1701) 2017.8771.004039-9	14/11/2017 14:10		Remessa Interna
0500873-64.2017.4.02.5167 - Local:1701) 2017.8771.004041-6	14/11/2017 14:38		Remessa Interna
0500954-20.2017.4.02.5167 - Local:1701) 2017.8771.004042-4	14/11/2017 14:38		Remessa Interna
0500803-54.2017.4.02.5167 - Local:1701) 2017.8771.004043-2	14/11/2017 14:42		Remessa Interna
0501019-15.2017.4.02.5167 - Local:1701) 2017.8771.004046-7	14/11/2017 14:38		Remessa Interna
0500243-15.2017.4.02.5167 - Local:1701) 2017.8771.004047-5	14/11/2017 17:01		Remessa Interna
0500925-04.2018.4.02.5167 - Local:1701) 2017.8771.004061-0	16/11/2017 13:38		Remessa Interna
0500243-15.2017.4.02.5167 - Local:1701) 2017.8771.004062-9	16/11/2017 14:37		Remessa Interna
0179096-06.2017.4.02.5167	16/11/2017 16:51	51001	Int.COM-1528#AGUARDAR DEVOLUÇÃO DE OFÍCIOS
0500434-80.2017.4.02.5167 - Local:1701) MAN.1701.001314-5/2017	14/11/2017 08:07	AMENDOEIRA - RUA DELFIM MOREIRA, LOTE 46 C	DEVOLVIDO COM RESULTADO
0500630-30.2017.4.02.5167 - Local:1701) MAN.1701.001389-3/2017	16/11/2017 17:39	JARDIM CATARINA - RUA MADEIRA DE FREITAS, 70	DEVOLVIDO COM RESULTADO
0500272-65.2017.4.02.5167 - Local:1701) MAN.1701.001393-0/2017	16/11/2017 13:20	NEVES - TRAVESSA NUNES, 93 AP. 201 - CEP. 244	DEVOLVIDO COM RESULTADO
0500595-35.2017.4.02.5167 - Local:1701) MAN.1701.001401-0/2017	16/11/2017 16:17	JARDIM CATARINA - RUA ALABAMA, LOTE 10, QUADRA	DEVOLVIDO COM RESULTADO
0500843-36.2017.4.02.5167 - Local:1701) MAN.1701.001403-0/2017	16/11/2017 13:22	BARRO VERMELHO - RUA ALBERTO MANZANA, 146 -	DEVOLVIDO COM RESULTADO
0500938-51.2017.4.02.5167 - Local:1701) MAN.1701.001415-2/2017	16/11/2017 13:21	PITA - RUA ALFREDO CINTRA, 21 - CEP. 24417050	DEVOLVIDO COM RESULTADO
0500391-28.2017.4.02.5167 - Local:1701) MAN.1701.001425-9/2017	16/11/2017 13:23	BARRO VERMELHO - RUA JURUMENHA, 3891 CAS	DEVOLVIDO COM RESULTADO
0500003-28.2017.4.02.5167 - Local:1701) MAN.1701.001431-1/2017	16/11/2017 16:12	JARDIM CATARINA - RUA CARLOS FOX LOTE 19, QI	DEVOLVIDO COM RESULTADO
0192944-80.2017.4.02.5167 - Local:1701) MAN.1701.001449-1/2017	16/11/2017 17:53	CENTRO - RUA DO CARMO, 027 - CEP. 20011900	DEVOLVIDO COM RESULTADO
0192944-80.2017.4.02.5167 - Local:1701) MAN.1701.001450-4/2017	16/11/2017 16:19	CENTRO - RUA DOUTOR FELICIANO SODRE, 100	DEVOLVIDO COM RESULTADO
0113343-95.2017.4.02.5167 - Local:1701) MAN.1701.001454-2/2017	16/11/2017 17:20		DEVOLVIDO COM RESULTADO
0050093-77.2016.4.02.5117 - Local:101) OFI.0101.000251-4/2017	14/11/2017 14:27	ZE GAROTO - RUA CORONEL SERRADO, 1000 13ª	Remessa Interna para Outros
0179096-08.2017.4.02.5167 - Local:1701) OFS.1701.000142-7/2017	16/11/2017 16:09	CENTRO - RUA NILO PECANHA, 110 13ª andar -	CE DEVOLVIDO COM RESULTADO
0179096-06.2017.4.02.5167 - Local:1701) OFS.1701.000143-1/2017	16/11/2017 12:02	CENTRO - RUA MEXICO, 128	DEVOLVIDO COM RESULTADO
0192944-80.2017.4.02.5167 - Local:1701) OFS.1701.000144-8/2017	16/11/2017 16:07	BOA VISTA - AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, 333	DEVOLVIDO COM RESULTADO

No dia 16/11/2017, às 18:01 horas, existiam 1 processo, 15 expedientes (mandados e ofícios devolvidos pela Seção de Mandados) e 80 petições aguardando movimentação cartorária, inspecionados os mais antigos:

Data de entrada	Número	Classe/Natureza	Observação
14/11/17	2017.3003.033935-3	Petição	Recurso Inominado.
14/11/17	2017.3003.033950-7	Petição	Petição requerendo o prosseguimento do feito com a designação de perícia médica.
14/11/17	MAN.1701.001314-5/2017	Expediente	Certidão positiva de mandado de intimação.
16/11/17	OFS. 1701.000144-6/2017	Expediente	Ofício (urgente-saúde) ao responsável pela Central Estadual de Regulação Metro II.
16/11/17	0179096-06.2017.4.02.5167	Processo	Em 16/11/2017, houve a intimação da PGE/RJ, da AGU e do município de São Gonçalo.

9.2. Processos em segredo de justiça

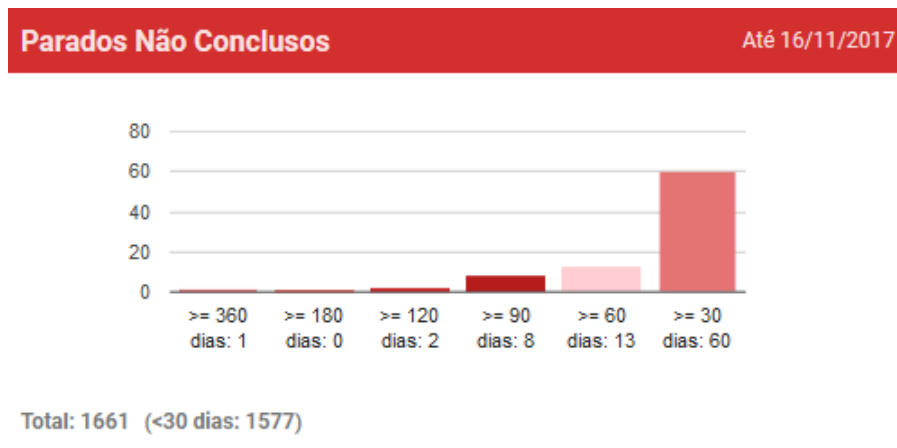


Posição em	17/11/2017
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	0
Documento	0
Total Geral	0

Fonte: PORTAL, acesso em 17/11/2017

Inexistem processos com Segredo de Justiça neste Juizado.

9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR)



Fonte: PAINEL, acesso em 16/11/2017

Estão sem movimentação, além dos prazos fixados na CNCR, 84 processos, equivalentes a aproximadamente 2,2% do acervo com tramitação ativa.

Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0002237-33.2013.4.02.5117	Juizado/Previdenciária	não	Juntada de petição do autor,	493	11/07/16



			requerendo prioridade no trâmite processual.		
0500753-62.2016.4.02.5167	Juizado/Cível	não	Devolução de remessa	170	30/05/17
0106211-96.2014.4.02.5167	Juizado/Cível	não	Juntada de ofício	141	28/06/17
0500332-72.2016.4.02.5167	Juizado/Cível	não	Diligências OBS: Oficiar CRM/CRESS + Ortopedia – AJG (Perito Diverso).	94	14/08/17

Sugere-se identificar e movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além do prazo estabelecidos na CNCR (art. 228).

9.4. Publicação de atos judiciais

A unidade cumpre o prazo de 10 dias entre a intimação e a publicação dos atos no DJE fixado no art. 181, da CNCR, conforme se vê no quadro a seguir:

Total Geral de Boletins Gerados	Período	11/2016 a 10/2017
	Processos	9.334
	Boletins	239
	Média (Proc. / Bol.)	39,05
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,46

Fonte: PORTAL, acesso em 17/11/2017

9.5. Registro de início do cumprimento do julgado

Os registros do sistema eletrônico de acompanhamento processual devem retratar fielmente as demandas propostas e os atos processuais efetivamente praticados nos autos (art. 332, CNCR).

Assim, cumpre aos servidores registrar e, aos Magistrados e Diretores fiscalizar, o registro no APOLO do encerramento da fase de conhecimento – trânsito em julgado (fase 73) – e, se cabível, o início da fase de cumprimento do julgado (fase 18), considerada a data de retorno dos autos da instância recursal ou, não havendo interposição de recurso, a de trânsito em julgado (art. 333). Esses registros alimentam a base de dados informada para

cômputo do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)⁷.

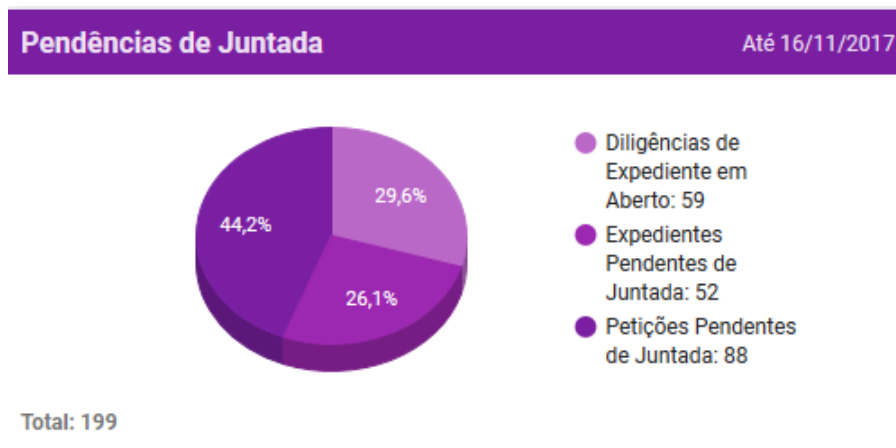
TRF2
Fls 133

Por amostragem, selecionados os processos com RPV expedido, verificou-se que a unidade correicionada possui apenas 1 feito sem registro da fase 18 no APOLO.

Ano : 2017		Mês : Outubro		Vara		Execução de Sentença - Fase 18		Requisição Valor	
Medidas				03º Juizado Especial Federal de São Gonçalo					
Situacao Processo				Informada	Não Informada			Total	
				Sim	Sim				
	Processos	Trâmite		204			1		205
		Suspensão		71					71
		Total		275			1		276

Fonte: PORTAL, acesso em 10/01/2018

9.6. Documentos pendentes de juntada



Fonte: PAINEL, acesso em 16/11/2017

Inspecionadas as petições que aguardam juntada há mais tempo:

Data de entrada	Número da petição	Processo	Síntese do pedido	Dias que aguard	Local do processo
-----------------	-------------------	----------	-------------------	-----------------	-------------------

⁷ O IPC-Jus é o indicador criado pelo CNJ que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais.



				a juntar	
05/12/12	2012.7152.139929-7	0000010-75.2010.4.02.5117	Não encontrado.	1807	03ºJEF-SG
15/02/13	2013.1701.000195-0	0000511-97.2008.4.02.5117	Ofício	1735	Arquivo Geral
11/11/13	2013.7251.020866-5	0002825-84.2006.4.02.5117	Não encontrado. Cosnta como último despacho, em 09/08/2006, que os autos foram remetidos à Justiça do Trabalho de São Gonçalo.	1466	03º JEF-SG
19/08/14	2014.8771.009070-0	0001729-34.2006.4.02.5117	Não encontrado.	1185	03º JEF-SG
01/09/14	2014.1701.000738-9	0001729-34.2006.4.02.5117	Cadastrado em duplicidade com a petição acima.	1172	03º JEFSG

Os processos n°s 0000010-75.2010.4.02.5117 e 0001729-34.2006.4.02.5117; que constam localizados no 03ºJEF-SG possuem como última movimentação a remessa para o Arquivo Geral.

Sugere-se desarquivar os autos para juntar as petições e encaminhar a petição do processo n° 0002825-84.2006.4.02.5117 ao órgão para o qual foi remetido, se for o caso.

9.7. Expedientes para cumprimento de ordem judicial

Ano : 2017 Mês : setembro Vara : 03º Juizado Especial Federal de São Gonçalo Situação Processo : Trâmite Conclusos : não concluso

Data Último Movimento

	<Drop columns here>
Medidas	<Drop rows here>
Último Movimento	<Drop rows here>
Complemento Fase	

Analizados os processos cujo último despacho, decisão ou sentença foi proferida há mais de 30 dias contados do encerramento do mês anterior à Correição, não há processos sem o movimentação pela Secretaria.



9.8. Remessa externa

Não constam processos com prazos de remessa externa vencidos:

Ano : 2017 | Mês : Outubro | Vara : 03º Juizado Especial Federal de São Gonçalo | Localização Atual : Externo | Situação Processo : Trâmite

Medidas | Data Último Movimento

<Drop columns here>

Tipo de Processo | <Drop rows here>

Último Movimento | here>

Complemento Fase

Classe

Inspecionados os processos com remessa externa mais antiga, excluídos Inquéritos Policiais e Peças de Informação, que tramitam diretamente entre o MPF e a Polícia Federal (art. 236, CNCR):



10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

Contudo, na estatística extraída do APOLO, não há processos em trâmite no órgão correccionado nessas classes ou situações específicas e, no PORTAL, inexistente anotação de réus presos nas ações vinculadas ao Juízo.

**11. PROCESSOS SUSPENSOS**

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos com sua inserção em local virtual específico, anotando o motivo e cadastrando o paradigma, conforme os exemplos a seguir:

Local Virtual	Nº de Processos
Processos Suspensos Ag. Depósito RPV/Precatório	56
Processos Suspensos Outros Motivos	11
Processos Suspensos REsp 1.381.683	809
Processos Suspensos TNU 5000793-77.2016.4.04.7101	16

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

Repercussão geral/Recursos repetitivos	Paradigma	Situação
0036523-13.2015.4.02.5167	REsp 1.381.683	Suspensão em decorrência do paradigma (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR), desde 28/4/2015.
0003775-59.2014.4.02.5167	REsp 1.381.683	Suspensão em decorrência do paradigma (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR), desde 14/1/2015.
0181735-02.2014.4.02.5167	REsp 1.381.683	Suspensão em decorrência do paradigma (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR), desde 30/1/2015.
0129669-45.2014.4.02.5167	REsp 1.381.683	Suspensão em decorrência do paradigma (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR), desde 24/6/2014.
0001683-11.2014.4.02.5167	REsp 1.381.683	Suspensão em decorrência do paradigma (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR), desde 20/6/2014.

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
0108025-65.2015.4.02.5117	Aguarda Decisão de Instância Superior	09/02/17	Suspensão para aguardar a decisão do STJ sobre o Conflito de Competência nº 148931/RJ.



0115455-78.2016.4.02.5167	Outros – Fase / Processo Execução	29/05/17	Processo suspenso por 60 dias para a parte comprovar o levantamento do valor depositado. Como o ato ordinatório foi publicado em 02/05/2017, o prazo já expirou.
0148138-12.2015.4.02.5101	Outros – Fase de Conhecimento	14/11/17	Suspensão de 60 dias deferida para a parte apresente declaração de anistiado político (fls. 75/76).
0148471-57.2015.4.02.5167	Cumprimento Precatório/RPV	29/09/17	Certidão da suspensão para aguardar a compovação do depósito em fl. 241.
0045139-40.2016.4.02.5167	Cumprimento Precatório/RPV	03/10/17	Certidão da suspensão para aguardar a compovação do depósito em fl. 124.

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.

Sugestão da equipe: identificar processos com prazos de suspensão vencidos, conforme verificado no processo nº 0115455-78.2016.4.02.5167.

**12. RPVs E PRECATÓRIOS**

A unidade correccionada enviou 7 precatórios e 525 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/11/2016 a 31/10/2017). Constatam cadastrados, pendentes de envio ao TRF 1 precatórios e 188 RPVs, analisados os feitos a seguir.

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Data do envio	Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR
0046039-57.2015.4.02.5167	RPV	28/03/17	25/05/17	O processo foi suspenso, em 25/05/17, enquanto aguardava comprovação do depósito. Em 25/07/17, foi informado que o Banco do Brasil recusou-se a pagar o RPV, pois estava em nome da autora, que é menor. Retirada do alvará no balcão pela representante em 31/10/17. Em 29/11/17, resposta do Banco, sobre a impossibilidade de fornecer informações por e-mail. Última movimentação: Conclusão para decisão.
0060533-87.2016.4.02.5167	RPV	05/07/17	31/07/17	Arquivado em 25/09/17.
0004922-28.2011.4.02.5167	RPV	14/07/17	31/08/17	Em 17/10/17, foi protocolada petição requerendo a sucessão processual, pois a autora, e beneficiária do RPV faleceu.
0000669-60.2012.4.02.5167	RPV	14/07/17	31/08/17	Arquivado em 31/10/17.
0002346-57.2014.4.02.5167	RPV	02/08/17	30/11/17	Última movimentação: Aguardando Conferência do RPV /precatório em 20/11/17.

**13. BENS PENHORADOS**

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

O relatório de bens penhorados, extraído do APOLO em 17/11/2017, apresenta cadastramento de 04 bens penhorados pelo Juízo. Analisados a amostra de feitos a seguir, não consta, s.m.j., falha no registro das penhoras pela Secretaria:

Processo	Data da penhora	Correspondência do registro APOLO com o auto de penhora	Observação
0003982-14.2014.4.02.5117	18/08/16	sim	Preenchimento regular do relatório, embora não haja auto de penhora, apenas anotação de requerimento de penhorade créditos junto ao sistema processual informatizado.
0047690-27.2015.4.02.5167	17/04/17	sim	Termo de Penhora no Rosto dos Autos – fl. 148.
0093960-12.2015.4.02.5167	25/05/17	sim	Penhora no rosto dos autos determinado pela 1ª VF de Itaboraí – fl. 89.
0103071-20.2015.4.02.5167	17/06/16	sim	Penhora no rosto dos autos determinado pela 3ª VF de São Gonçalo – fl. 62.

**14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 203, 204 e 242 a 247 da CNCR. Não foram detectadas irregularidades quanto ao registro de bens apreendidos.

Em 13/11/2017, havia 30 processos com anotação de acautelamento de bens, tais como mídias digitais e cópias de documentos originais, que são utilizados como prova, quando os dados do documento não estão legíveis na digitalização, guardados no cofre da secretaria, aberto, durante a Correição, na presença dos servidores da Corregedoria Renan Giusti e Victor Martinez, e do Diretor de Secretaria.

Processos analisados

Processo	Data do acautelamento	Correspondência do registro APOLO com o acautelado	Observação
0017176-57.2016.4.02.5167	06/10/17	sim	Preenchimento regular no Relatório de Material Apreendido.
0022544-03.2016.4.02.5117	24/08/16	sim	Preenchimento regular no Relatório de Material Apreendido. Termo de Acautelamento – fl. 116.
0032328-48.2016.4.02.5167	05/10/17	sim	Preenchimento regular no Relatório de Material Apreendido. Termo de Acautelamento – fl. 198.
0038465-46.2016.4.02.5167	25/11/16	sim	Preenchimento regular no Relatório de Material Apreendido. Termo de Acautelamento – fl. 128 e Termo de Entrega em 5/12/16 - fl. 132.
0038465-46.2016.4.02.5167	29/03/17	sim	Preenchimento regular no Relatório de Material Apreendido. Termo de Acautelamento – fl. 147. Após o trânsito em julgado, houve um despacho, em 26/10/2017, para que a ré retire os documentos acautelados.



15. LIVROS E PASTAS

O órgão correccionado dispõe de 02 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber:

- 1) Ponto;
- 2) Livro de Remessa de autos aos setores administrativos
- 3) Reclamações e inspeções

Os livros estão ausentes rasuras e as folhas estão e numeradas, porém não rubricadas.

Sugere-se regularizar o Livro de Ponto e o de Reclamações com a rubrica das folhas.



16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

O 3º JEF de São Gonçalo, localizado no 13º andar de prédio comercial, misto, no centro da cidade (Rua Coronel Serrado, 1.000 - Zé Garoto - CEP: 24440-000), conta com boas instalações físicas, está bem conservado e limpo.

No hall de elevadores há um Segurança de empresa terceirizada, detector de metais, e longarinas com 4 lugares no corredor. O balcão de atendimento ao público externo é bem acessível, com mural para orientação do público. Em toda área interna da Vara a iluminação é boa.

A sala da Secretaria da Vara é ampla e o *lay-out* funcional, com mobiliário bem dividido e boa pintura nas paredes. Não foi constatado mofo ou poeira em excesso no ambiente. Banheiro limpo e organizado. Mesas e cadeiras dos setores, embora não sejam todos novos, são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal. Existe uma pequena copa para refeições. A temperatura é agradável, com aparelhos de ar-condicionado novos, instalados recentemente. Algumas tomadas instaladas em canaletas externas, não estão fixadas.

A velocidade da conexão de dados é: 10.20 Mbps de Dowload e 68.40 Mbps de Upload.

Os Gabinetes são amplos, com mesa, poltronas, estante, frigobar e um banheiro.

**17. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR**

As recomendações feitas na Correição Ordinária anterior (18 a 22/04/2016), foram parcialmente cumpridas, de acordo com o Ofício nº JFRJ-OFI-2016/06113, de 21/06/2016, subscrito pela Juíza Federal Titular Teresa Ângela Bezerra de Meneses e Sousa.

1. Buscar o cumprimento da Meta 01/2015 do CNJ: O Juizado cumpriu 72% da Meta CNJ nº 01/2015, reduzindo para 56% na Meta CNJ nº 01/2016.

2. Observar o prazo de intimação de despachos, decisões e sentenças, previsto no art. 181 da CNCR, tendo em vista o excessivo intervalo verificado na planilha Apolo-Excel “Intimados”: Conforme analisado nesta correição, o prazo de intimação está sendo observado.

3. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido: Segundo a análise do relatório de correição atual, permanece o número elevado de processos conclusos com prazo vencido.

4. Efetuar a imediata conclusão dos processos ao juiz, após a juntada de petições/cumprimento de diligências: “A Secretaria já foi orientada a efetuar a conclusão imediata, cabendo ressaltar que no âmbito deste Juizado, é vedada a utilização do movimento 51 – tipo processamento.”

5. Nas próximas correições, responder satisfatoriamente ao questionário pré-correição, atentando especialmente para os tópicos de livros e pastas obrigatórios: Não há mais questionário de pré-correição.

6. Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão já tenha cessado, ou tenha sido cadastrado equivocadamente: Os processos relacionados no relatório de correição foram regularizados.

7. Observar a correta classificação das próximas sentenças proferidas, em especial as consideradas de fundamentação individualizada. Evitar, ainda, a classificação como “vazias”, cadastrando corretamente o tipo de sentença proferida: O Juizado afirmou que: “Quanto aos processos que versam benefícios por incapacidade, cumpre informar que temos classificado as respectivas sentenças como tipo “A”,



devido à análise e fundamentação individualizada em cada processo (com suas específicas provas), ainda que haja trechos padronizados para cada espécie de benefício. Prova disto são as diversas conversões em diligência, operadas em processos conclusos para sentença, nesses casos.”

8. **Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido:** Não constam processos com prazos de remessa externa vencidos nesta correição.

9. **Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo:** Atualmente apenas 1 processo está sem o registro da fase 18.

10. **Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens constritos/penhorados, preenchendo as informações necessárias:** O processo relacionado no relatório de correição foi regularizado, pois o bem deixou de constar no relatório atualizado de bens penhorados.



18. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

O Diretor relatou como boas práticas a conferência de todas as requisições de pagamento anteriormente à vista das partes da minuta, mediante lavratura de certidão, como por exemplo:

Certifico que, ao cadastrar RPV/PREC para o processo em epigrafe, o Sistema Apolo acusou:		
(<input checked="" type="checkbox"/>) RPV/PREC(s) expedido(s) com o(s) CPF(s) da(s) parte(s) autora(s) nos autos do(s) processo(s) nº(s) 0002228-91.2008.4.02.5167 e 0004918-83.2007.4.02.5117 , TENDO COMO OBJETOS, RESPECTIVAMENTE, IMPLEMENTAÇÃO NOS VENCIMENTOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA E DE SUPORTE – GDPGTAS; E DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA – GDATA; NAS MESMAS CONDIÇÕES PAGAS AOS SERVIDORES EM ATIVIDADE, NÃO HAVENDO PORTANTO, S.M.J., RISCO DE PAGAMENTO EM DUPLICIDADE.		
(<input type="checkbox"/>) Existência de _____ RPV(s)/PREC cadastrado(s) com o CPF do advogado, e que o mesmo patrocina várias causas no âmbito da Justiça Federal.		
(<input type="checkbox"/>) HOUVE RENÚNCIA ao valor excedente manifestada pela parte autora à folha ____, razão pela qual foi cadastrada a requisição de pequeno valor no importe de R\$ 56.220,00, correspondente à 60 (sessenta) salários mínimos em __/__/2017.		
Certifico, ainda, que com relação aos honorários do patrono:		
(<input type="checkbox"/>) há contrato de honorários e respectiva solicitação expressa de destacamento no processo (fl.____) e (<input type="checkbox"/>) há deferimento de destacamento de honorários (fl. ____).		
(<input type="checkbox"/>) houve fixação de honorários sucumbenciais pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – R\$ _____ ou _____% sobre o valor da condenação (fl.____).		
Em se tratando de parte autora menor, curatelada ou interdita:		
(<input type="checkbox"/>) houve participação do MPF;		
(<input type="checkbox"/>) há autorização para ajuizamento da demanda.		
São Gonçalo, 14 de julho de 2017.		
(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não	(<input type="checkbox"/>) Não se aplica
MABEL DE FÁTIMA BRAGA DOS SANTOS		
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)		



19. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

- 1) Divulgar as metas do CNJ entre os servidores e uso das ferramentas disponibilizadas no Portal de Estatísticas para acompanhar o atingimento pelos gestores da Secretaria (item 5.2);
- 2) Priorizar o julgamento dos processos objeto da Meta nº 2 CNJ/2016 (item 5.2.2);
- 3) Regularizar a divergência entre o tipo anotado na sentença (B2) e o registrado no APOLO (A) no processo nº 0076914-10.2015.4.02.5167 (item 6.1);
- 4) Priorizar a prolação de decisão, despacho e sentença nos processos conclusos além dos prazos previstos no art. 227, CNCR (item 6.3);
- 5) Estabelecer estratégias internas para conter o aumento dos processos em trâmite (item 7);
- 6) Identificar e movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além do prazo estabelecidos na CNCR (art. 228) (item 9.3);
- 7) Desarquivar os autos para juntar as petições e encaminhar a petição do processo nº 0002825-84.2006.4.02.5117 ao órgão para o qual foi remetido, se for o caso (item 9.6);
- 8) Identificar processos com prazos de suspensão vencidos, conforme verificado no processo nº 0115455-78.2016.4.02.5167 (item 11).
- 9) Regularizar o Livro de Ponto e o de Reclamações com a rubrica das folhas (item 15).



20. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional Renan Giusti Barbosa e Victor Manoel Martinez, revisado por Fabio Aldrovando, Assessor Judiciário, nesta data.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2018.

FABIO ALDROVANDO
Assessor Judiciário